



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
REITORIA  
PRO-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS  
COORDENADORIA DE SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. Informações básicas

Nº do processo: 23109.005778/2023-05

### 2. Descrição da necessidade

2.1 Trata o presente estudo sobre a análise da demanda apresentada para contratação de empresa especializada em serviços de coleta, acondicionamento, licenciamento para retirada dos resíduos, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos perigosos gerados nas unidades da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, classificados conforme NBR 10.004 e em obediência às resoluções CONAMA 358/2007 e RDC 606/2004 em conformidade com as especificações contidas neste ETP.

2.2 A contratação de uma empresa para empresa especializada em serviços de coleta, acondicionamento, licenciamento para retirada dos resíduos, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos perigosos se faz necessária devido à responsabilidade ambiental da Universidade Federal de Ouro Preto, em conformidade com o Art. 10 da Lei Nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, como geradora de resíduos. Esses resíduos são gerados durante as aulas práticas e projetos de pesquisa, ensino e extensão realizados nos Laboratórios e outros setores da instituição, onde são manipulados produtos químicos e biológicos, além dos resíduos gerados junto ao setor de saúde devido ao atendimento à comunidade escolar, os quais muitas vezes não são passíveis de neutralização, sendo necessário o seu tratamento específico, como incineração, microondas, radiação ionizante, autoclavagem, co-processamento, enclausuramento ou mesmo disposição em aterro controlado, técnicas estas que somente podem ser executadas por empresas qualificadas e autorizadas pelos órgãos ambientais.

2.3 A contratação de empresa especializada em serviços de coleta, acondicionamento, licenciamento para retirada dos resíduos, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos perigosos visa também atender às determinações contidas na Resolução 358, de 29 de abril 2005, do CONAMA e RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018, da ANVISA, relativas à definição de normas para gerenciamento e tratamento de resíduos sólidos, oriundos de serviços de saúde e resíduos que apresentam risco potencial à saúde pública e ao meio ambiente, devido às suas características químicas e biológicas e a norma ABNT NBR 10004 que classifica os resíduos sólidos quanto aos seus potenciais riscos ao meio ambiente e à saúde pública, para que possam ser gerenciados adequar

2.4 A ausência de tratamento, quando necessário, e a disposição final inadequada desses resíduos pode ocasionar consequências ainda mais graves, como a contaminação do solo, do lençol freático e das águas superficiais, como rios, mares e córregos, além de contribuírem para a proliferação de inúmeros vetores transmissores de doenças e a contaminação de catadores. Daí a necessidade de técnicas específicas durante todo o processo de manipulação dos resíduos, diminuindo a incidência de doenças e degradação ambiental.

### 3. Área requisitante

Coordenadoria de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho - Ronaldo Pedro de Freitas

### 4. Descrição dos requisitos da contratação

4.1 A contratação dos serviços visa à preservação da qualidade ambiental dos laboratórios através da caracterização passivação tratamento e disposição final de resíduos perigosos gerados nas dependências da UFOP, classificados conforme NBR 10.004 e em obediência às resoluções CONAMA 358/2007 e RDC 606/2004, oriundos das atividades de ensino pesquisas e extensão e que possam impactar negativamente a qualidade e a disponibilidade dos recursos naturais.

4.2 O objetivo da contratação é garantir a manutenção da segurança da comunidade acadêmica da UFOP através da remoção contínua de resíduos que podem impactar sobre a saúde ocupacional e reduzindo os riscos ambientais.

4.3 A contratação se justifica pelo fato da UFOP não estar apta a fornecer ou comercializar o serviço a ser contratado, visto que é uma instituição pública de direito público e esta não é a sua atividade fim.

4.4 Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua participação com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho.

#### 4.5 Qualificação Técnica:

4.5.1 Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente (CRQ/CREA) em plena validade;

4.5.2 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.5.3 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os attestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

4.5.3.1 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de **1 ano** na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de attestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII- A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

4.5.3.2 DECLARAÇÃO de que possui todas as licenças sanitárias e ambientais do local de transbordo, com validade vigente;

4.5.3.3 Comprovação de que possui em seu quadro de funcionários, profissional responsável pela empresa inscrito na entidade profissional competente (CRQ/CREA) e possuidor de anotação de responsabilidade técnica no tocante aos serviços objeto desta licitação, com validade vigente;

4.5.3.4

Licenças de Operação (LO) expedidas pelo órgão competente, que contemple a coleta de resíduos contidos neste termo de referência em nome da licitante, com validade vigente;

4.5.3.5 Licença de operação (LO) expedidas pelo órgão competente, que contemple o transporte de resíduos contidos neste termo de referência em nome da licitante, com validade vigente;

4.5.3.6 Licenças de Operação (LO) expedidas pelo órgão competente, que contemple o tratamento de resíduos contidos neste termo de referência, com validade vigente;

4.5.6.7 Certificado de regularização ambiental concedida pelo IBAMA, com validade vigente;

4.5.3.8 Atestado de vistoria ou declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

#### **4.6 Coleta e Transporte:**

4.6.1 Os resíduos serão coletados no abrigo final do gerador em veículos licenciados, equipados com kits de segurança. O carregamento e descarregamento serão efetuados por funcionários devidamente treinados e equipados com EPI's exigidos pela legislação vigente, devendo os resíduos ser pesados no momento da coleta.

4.6.2 O veículo transportador deverá estar devidamente simbolizado, conforme estabelece o Regulamento para o Transporte Rodoviário de produtos Perigosos, Decreto nº 96.044 do Ministério dos Transportes.

#### **4.7 Acondicionamento de resíduos perigosos:**

4.7.1 A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais necessários, tais como tambores e Bombonas, adequados para o acondicionamento de cada tipo de resíduo, bem como os rótulos de identificação padronizados à prova de tempo, seguindo as normas técnicas aplicáveis.

4.7.2 Os resíduos serão acondicionados pela CONTRATADA nos recipientes adequados e devidamente fechados, conforme a classificação utilizada para incineração indicada.

#### **4.8 Transporte de resíduos perigosos:**

4.8.1 A CONTRATADA deverá realizar, com estrutura própria ou terceirizada, o transporte dos resíduos até o local de descarte, de acordo com o regulamento para transporte de produtos perigosos e normas técnicas aplicáveis, utilizando veículo devidamente sinalizado e equipado, conduzido por motorista especialmente habilitado para transporte de cargas perigosas, que realizará a retirada em dias úteis considerando o horário de expediente da unidade, sendo de responsabilidade da CONTRATADA:

4.8.1.1 O controle de discos de tacógrafo;

4.8.1.2 O controle de saúde ocupacional dos motoristas;

4.8.1.3 O plano de emergência e contingência para as viagens;

4.8.1.4 O seguro/resgate SOS COTEC para acidentes ou panes mecânicas;

4.8.1.5 O treinamento de segurança dos motoristas, com cursos MOPE e direção defensiva;

4.8.1.6 O fornecimento Motorista/Operador;

4.8.1.7 Os EPI's e Kit de emergência para o veículo;

4.8.1.8 O seguro Ambiental/Carga;

4.8.1.9 Autorização de Transporte de Resíduos dos órgãos competentes;

4.8.1.10 Fichas de emergência dos resíduos e Envelope Padrão;

4.8.1.11 Realização de carga e descarga no destino final.

#### **4.9 Periodicidade:**

4.9.1 A coleta dos resíduos deverá ocorrer mensalmente, em data acordada com a área de Saúde Ocupacional.

### **5. Levantamento de mercado**

5.1 O objeto a ser contratado é caracterizado como serviço comum de que trata a Lei nº 10.520/02, o Decreto nº 5.450/05 e o Decreto nº 3.555/00, haja vista que o podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade de Pregão.

5.2 Para a referida contratação observa-se a seguinte solução:

5.2.1 Foram realizadas análises de contratações similares feitas por outros órgãos e entidades da administração pública, a fim de identificar nestas contratações a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração, a exemplo dos editais PE 21/2020 - Comando da 3ª Região Militar, PE 51/2021 IFC, PE 03/2021 UFRGS e PE 16/2020 INT.

5.2.2 Ressalta-se que o objeto já foi licitado no âmbito da UFOP como pode ser verificado no Pregão 64/2018.

5.2.3 No caso dos serviços em tela não se vislumbram outras soluções de mercado afora a terceirização para a prestação indireta dos serviços, visto que inexistem quadros funcionais típicos na UFOP para a execução desses serviços, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração.

5.2.4

Essa forma de contratação não limita a participação de empresas na licitação, visto que houve a participação de empresas diferentes nos últimos certames realizado

5.3 Dado o exposto, entendemos que não há pontos negativos para a solução apresentada no item 5.2.3.

### **6. Descrição da solução como um todo**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desinsetização, desratização e descupinização, com fornecimento de todos os insumos (mão de obra, materiais, etc) necessários à completa execução dos serviços, com celebração de contrato de 12 (doze) meses de vigência, podendo este, no interesse da Administração, ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses e desde que atendidos todos os requisitos para tal.

6.1 A solução que melhor atende às necessidades da Administração é a contratação de empresa especializada especializada em serviços de coleta, acondicionamento, licenciamento para retirada dos resíduos, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos perigosos para atender a UFOP, Campus Morro do Cruzeiro, por meio de Pregão Eletrônico.

6.2 Considerando às necessidades da Administração, a solução escolhida, está definida por previsão legal na Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

6.3 Em termos de justificativa econômica, a natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º da Lei 10.520 de 2002, pois, seus padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais de mercado.

### **7. Estimativa das quantidades a serem contratadas**

7.1 As quantidades a serem adquiridas refletem a real necessidade da instituição. Chegou-se a esta estimativa observando-se a coleta realizada nos anos anteriores.

7.2 Ante o exposto, a seguir apresenta-se a demanda para os serviços em tela e a periodicidade de realização dos mesmos:

Setor	Valor por kg	Quantidade Estimativa kg/Mês	Número de coletas anuais	Quantidade anual (kg)	Valor
Campus Ouro Preto e Mariana	R\$3,95	933,33	12	11200	R\$44.239,80
<b>TOTAL</b>		<b>933,33</b>	<b>12</b>	<b>11200</b>	<b>R\$44.239,80</b>

## 8. Estimativa do valor da contratação

8.1 Visando êxito do processo licitatório e em conformidade com a IN 73/2020, artigo 5º, IV foi solicitado proposta de preço para empresas do ramo, onde obteve-se 03 (três) orçamentos. Nesse contexto, a equipe de planejamento entende que o preço advindo destes valores reflete o valor estimado no mercado, sendo considerado para esta contratação o Menor Preço. Ver Anexo I - Orçamentos.

8.2 Dessa forma, o valor estimado total do serviço é de R\$ 44.239,80 (Quarenta e Quatro Mil e Duzentos e Trinta e Nove Reais e Oitenta Centavos).

## 9. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

9.1 Considerando-se as características dos serviços a serem contratados e de todo o exposto, a contratação pretendida é única e indivisível, envolvendo a prestação de serviços em serviços de coleta, acondicionamento, licenciamento para retirada dos resíduos, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos perigosos, de acordo com a demanda da Instituição. Desta forma, **os serviços deverão ser executados por uma única empresa** e a licitação agrupada em um único grupo.

9.2 A justificativa para se adotar um único grupo, considera o fato de se tratar de um serviço principal - coleta, acondicionamento, licenciamento para retirada dos resíduos, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos perigosos, bem como a melhor eficiência na gestão e fiscalização do contrato. Ademais o agrupamento dos serviços viabilizariam em termos de custos e logística os possíveis fornecedores, e assim o custo de execução diminuiria para a Administração, implicando em maior vantagem e certeza de que a instituição usufruirá do serviço de forma plena.

## 10. Contratações correlatas e/ou interdependentes

O serviço demandado neste estudo é de caráter independente de outras contratações na medida em que pode ser executado em sua plenitude sem requerer que sejam prestados outros serviços. Também não dependem da execução deste diretamente a prestação de outros serviços.

## 11. Alinhamento entre a contratação e o planejamento

11.1 A contratação pretendida encontra respaldo institucional, sobretudo no PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2025, bem como em legislações que versam sobre o assunto, inclusive as relacionadas a Licitações e Contratos.

### 11.2 Do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e Planejamento Estratégico:

O PDI 2016-2025 da UFOP apresenta um compromisso da instituição com sua comunidade acadêmica de:

- Melhoria contínua e garantia dos princípios constitucionais, definindo a saúde e a qualidade de vida da sua comunidade, desenvolvendo atividades sustentáveis, como valores seguidos.
- Assegurar ambientes salubres e seguros de desenvolvimento das atividades dentro da instituição é um dever da mesma que, não podendo ser eliminado por qualquer outra medida mitigatória viável, deve obedecer à legislação sobre a concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade.
- Desta forma, o controle da fauna nociva não é tratado de forma explícita no PDI, mas pode ser incluída como uma das atribuições descritas ao setor responsável pela segurança do trabalho e saúde ocupacional da UFOP, definido no Plano de Desenvolvimento Institucional.

### 11.2 Dos Normativos que disciplinam a contratação dos serviços

- Decreto no 3.555, de 08 de agosto de 2000, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
- Lei Federal 6.514, de 22 de dezembro de 1977 que altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho e dá outras providências; e
- Portaria N.º 3.214, de 08 de junho de 1978 que aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relat à Segurança e Medicina do Trabalho.

## 12. Resultados pretendidos

12.1 Com a contratação dos serviços de coleta, acondicionamento, licenciamento para retirada dos resíduos, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos perigosos gerados nas unidades da Universidade Federal de Ouro Preto, pretende-se:

### 12.2 Benefícios diretos:

12.2.1 Manutenção da segurança e saúde dos frequentadores da UFOP em observação à Portaria nº 3214/78, do Ministério do Trabalho e Emprego/MTE, em suas Normas Regulamentadoras - NR de Medicina e Segurança do Trabalho, em especial a NR 05 que define os riscos ocupacionais;

12.2.2 Não interrupção das atividades administrativas ou acadêmicas imprescindíveis para o atendimento às atividades fins da instituição pela presença e ameaça aos frequentadores da UFOP.

**12.3 Benefícios indiretos:**

12.3.1 Cumprimento do papel de entidade de ensino com preocupação em atendimento às práticas de sustentabilidade e à proteção aos seus usuários, colaboradores e ao meio ambiente.

**13. Providências a serem adotadas**

13.1 Para que os serviços sejam executados da melhor forma possível, obedecendo-se a legislação que rege o assunto, os setores da Universidade serão informados previamente, através um comunicado oficial da Coordenadoria de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho da UFOP, em relação às datas para realização das atividades inerentes ao presente serviço, tendo em vista a necessidade do acompanhamento de um representante do setor no momento da execução.

13.2 Os serviços deverão ser, preferencialmente, executados em dias úteis e em horário comercial, compreendido entre as 8 e 17 horas, acordado entre a Contratada e a Contratante.

13.3 Não são necessárias ações de adequação previamente à celebração do contrato, considerando que a execução do serviço já vem sendo realizada na instituição e que este é executado a contento.

**14. Possíveis impactos ambientais**

14.1 A coleta e transporte inadequado desses resíduos podem trazer riscos a todos os funcionários envolvidos neste processo e à população em geral. A ausência de tratamento, quando necessário e a disposição final ambientalmente inadequada desses resíduos pode ocasionar consequências ainda mais graves, como a contaminação do solo, do lençol freático e das águas superficiais, como rios, mares e córregos, além de contribuírem para a proliferação de inúmeros vetores transmissores. Daí a necessidade de técnicas específicas durante todo o processo de manipulação de

14.2 Os possíveis impactos ambientais decorrem da destinação final inadequada dos resíduos infectantes, químicos, perfurocortantes e comuns, sendo a responsabilidade da Contratada seguir rigorosamente a legislação sanitária vigente neste quesito e dar o devido descarte destes resíduos a fim de garantir a preservação ambiental.

**15. Declaração de viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

**16. Anexos**

Anexo 1 - Orçamentos (doc. SEI nº (0539984).

**17. Responsáveis**

Ronaldo Pedro de Freitas

SIAPE n.º 1.073.801

Fernando Antônio Saraiva Rodrigues

SIAPE nº 2.333.812

Reinaldo Corrêa Maia

SIAPE nº 1.077.586



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Pedro de Freitas, COORDENADOR(A) DE SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO**, em 14/06/2023, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Reinaldo Correa Maia, TECNICO EM SEGURANCA DO TRABALHO**, em 14/06/2023, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Antonio Saraiva Rodrigues, ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO**, em 14/06/2023, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0539551** e o código CRC **711B778D**.